Luta de classes e conflitos étnicos na Bolívia contemporânea

Everaldo de Oliveira Andrade
Docente – UnG (Universidade Guarulhos)

Foi na Bolívia que se desenvolveu uma das mais fecundas tradições do movimento operário latino-americano. Uma tradição histórica da luta de classes que remonta ao período anterior à Revolução de 1952 e que tem um dos seus pontos altos na organização da Assembléia Popular (Comuna de La Paz) em 1971. Sem pretendermos esgotar um vasto debate, temos aqui como objetivo central resgatar os debates e resoluções que a Comuna de 1971 realizou em torno da aliança operário-camponesa e a posterior reação que desencadeou o surgimento do movimento político indigenista boliviano na década de 1970, movimento conhecido como katarismo. Grande parte destes debates fornece elementos de apreciação e debate sobre os atuais movimentos sociais da Bolívia contemporânea e seus posicionamentos políticos em relação à luta de classes e ao papel das lutas étnicas. A evolução recente da História boliviana na qual um índio aymara, Evo Morales, chega à presidência do país, reacende debates sobre o lugar dos conflitos étnicos e do indigenismo como ideologia política capaz de se tornar articuladora central das mobilizações populares na região andina.

Na Bolívia após a Revolução de 1952 - uma insurreição de massas na qual o movimento operário ocupou lugar central – ao lado do surgimento da COB (Central Obrera Boliviana) agrupando os principais sindicatos operários, surgiram sindicatos camponeses que abriram uma nova experiência política para o setor majoritário da população boliviana no campo. No entanto, o sindicalismo camponês que irá se desenvolver entre 1953, quando ocorre a reforma agrária, e o período dos governos militares iniciado em 1964, afastará estes sindicatos do movimento operário. O partido dirigente da revolução, o MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionário), os transformará em agências estatais subordinadas ao Ministério de Assuntos Camponeses e escudo contra ação do movimento operário. Com o governo militar de René Barrientos (1964-1969) aprofunda-se o chamado "Pacto militar-camponês" que prende a grande maioria dos dirigentes camponeses às redes de clientelismo do estado. Com a queda de Barrientos e a subida do general Ovando Candia (1969-1970) e depois com o general Juan José Torres (1970-1971), inicia-se um pequeno ciclo nacionalista com uma breve abertura democrática, de fato uma tentativa do exército

em criar laços com os setores dos movimentos sociais ligadas às organizações operárias e populares. É fundamentalmente neste novo contexto político de abertura democrática que a COB e a Federação dos mineiros retomam seus congressos e as organizações da esquerda boliviana se reorganizam. A experiência da Assembléia Popular de 1971 – uma tentativa de constituição de parlamento operário-popular na tradição dos sovietes – se desenvolve buscando erguer-se como pólo independente ao nacionalismo militar de um lado e às táticas do guerrilheirismo de inspiração guevarista ou ao maoísmo.

A questão camponesa e as raízes do indigenismo político boliviano

Entre os debates desenvolvidos, a Assembléia Popular teve que responder a uma nova situação surgida no campo com o desgarramento de novos agrupamentos sindicais do controle oficial, os choques do movimento camponês com as tradições políticas do movimento operário e o surgimento de propostas baseadas na luta étnica.

A participação dos camponeses através de suas organizações sindicais foi limitada estatutariamente pela Assembléia Popular, que procurava assim afastar a influência do governo, que controlava a maior parte dos sindicatos camponeses, mas não respondia os novos realinhamentos que ocorriam no interior da Federação Camponesa. Para a compreensão do impasse que se estabeleceu é preciso nos reportar à situação do movimento camponês e às origens de seus alinhamentos políticos.

O grande impulso de constituição dos sindicatos camponeses ocorreu durante os primeiros meses da revolução de 1952, rompendo parcialmente as estruturas tradicionais que agrupavam o mundo agrícola andino. No entanto, a forte tradição comunitária fez destes primeiros sindicatos, incentivados pela revolução operária nas cidades, verdadeiros órgãos de poder local, de auto-gestão popular. O modelo de reforma agrária implantada a partir de 1953 pelo MNR transformou estas características progressistas iniciais. Os sindicatos independentes tornaram-se instrumentos político-administrativos do Estado e joguetes manipulados durante as lutas fracionais do MNR, constituindo-se em sua principal base social (ANDRADE, 2007).

O pacto-militar camponês surge ainda nos governos do MNR quando o general Barrientos, dentro da "política de Ação Cívica" do exército, recebe a responsabilidade de resolver um conflito entre comunidades camponesas nas localidades de Cliza e Ucureña no vale de Cochabamba. O pacto estabelecia um compromisso dos militares em respeitar as conquistas camponesas (terra,

sindicatos, educação) e os camponeses, por seu lado, a apoiar as forças armadas e combater as propostas subversivas da esquerda. O paternalismo que caracterizava a "ação civil" militar, com troca de favores e regalias, permitia quebrar os laços políticos que uniam o movimento em escala regional e nacional e suas relações com o movimento operário (LAVAUD, 1998: 253)

As desconfianças do movimento sindical operário em relação aos camponeses eram fruto desta situação criada desde o princípio da década de 1960, em que os principais sindicatos camponeses estavam ainda vinculados aos militares. No entanto, o movimento camponês alinhado com os governos militares desde a instauração do pacto militar-camponês, passava por um processo de ruptura interna de vários setores desde o final dos 60. A perspectiva de que os militares perdessem o controle da Federação Camponesa era muito concreta no começo de 1970 e ameaçava fazer ruir o principal pilar social de sustentação dos governos militares desde o golpe de Barrientos em 1964. Do ponto de vista da Assembléia Popular o problema passou a ser colocado muito mais na forma em que se daria a aliança entre os setores operários e camponeses, principalmente a atração do novo setor oposicionista que se desenvolvia na CNTCB (Confederación Nacional de los Trabajadores del Campo de Bolivia). O Bloco Independente influenciado pelos maoístas e que compunha as delegações da Assembléia, era apenas uma pequena vanguarda pouco representativa e de características sectárias em relação ao movimento sindical camponês organizado. É possível, portanto, distinguir inicialmente três grandes setores no movimento camponês neste período.

Um primeiro setor ligava-se diretamente ao governo Torres como produto do pacto militar-camponês na CNTCB. A reunião da comissão organizadora do 6o Congresso Nacional dos Trabalhadores Camponeses realizada em 21 de junho de 1971 as vésperas da Assembléia Popular, por exemplo, respaldava de forma incondicional o governo Torres, embora chamasse a mobilização geral contra o golpe fascista, a reorganização das milícias camponesas e preparação da greve geral camponesa (*El Diario*, 1971).

Um segundo setor surgiu no interior da própria CNTCB agrupado em torno da liderança de Genaro Flores e da Federação dos Camponeses de La Paz. Flores, jovem dirigente de uma comunidade aymara do altiplano, foi eleito em março de 1970 e ano depois, em plena Assembléia Popular torna-se secretário geral da Federação de La Paz a partir de um impulso dos sindicatos de base. Torres apóia sua eleição no sentido de controlar e cooptar as novas lideranças. Com isso buscava ao mesmo tempo construir bases próprias no campo distintas daquelas ligadas a Barrientos e Ovando (LAVAUD, 1998: 259). Este apoio gera desconfianças no interior da Assembléia Popular, e quando Genaro Flores pede adesão isto é visto como uma tentativa de lideranças

camponesas governistas para entrarem na Assembléia (MERCADO, 1987:140), ou mesmo de utilizar os sindicatos camponeses contra o organismo operário. No entanto, a confederação dirigida por Genaro Flores, expressava um novo movimento que surgia, mas não era ainda suficientemente claro para os dirigentes operários da Assembléia Popular. Esta pouca sintonia gerou muitos problemas e precisaria de mais tempo para amadurecer uma colaboração.

Este movimento possuía uma dinâmica própria a partir das comunidades étnicas aymaras e com forte apelo indigenista. O movimento katarista que vai surgir expressava as insuficiências da esquerda da época, que não via o problema indígena em toda a sua dimensão. Genaro Flores era uma expressão deste movimento que procura um caminho independente do governo e esbarrará em dificuldades para construir uma aliança com a Assembléia Popular. Em julho de 1971 a Federação dos Camponeses de La Paz anuncia a organização do "exército camponês Tupac Katari" para fazer frente às ameaças golpistas (*Presencia*, 1971), convocando todos filiados deveriam inscrever-se em seus sindicatos (*Hoy*, 1971). A organização do exército começava na província de Ayo Ayo com o objetivo de "defender as conquistas do índio camponês e esmagar de uma vez por todas os recursos da oligarquia que ao conformar alianças com os grupos fascistas e reacionários pretendem restaurar a Rosca caduca…" (*La Jornada*, 1971)

Um terceiro grupo formava o Bloco Independente Camponês, incorporando basicamente os setores da UCAPO dirigidos pelos maoístas. O Bloco Independente começa a se estruturar após uma tentativa de Barrientos de introduzir uma reforma fiscal no campo, que gera oposição e um princípio de desagregação do monolitismo do movimento camponês. O Bloco Independente levanta uma série de reivindicações como política de preços, transportes, participação nos organismos agrícolas do Estado. O surgimento deste Bloco é de fato um dos sinalizadores do rompimento entre os camponeses e o apoio dos militares (LAVAUD, 1998: 255-256). A delimitação deste bloco da oposição de Genaro Flores é pouco precisa. As diferenças concentraram-se na intervenção sindical no interior da confederação. Este agrupamento consegue inicialmente apoio nas províncias altiplânicas e abre contatos com o movimento operário e estudantil, de quem se aproximam. (MERCADO, 1987: 243).

Em 02 de agosto de 1971 foi realizado o Congresso Nacional Camponês de Potosí e a expectativa de delegados camponeses da Assembléia Popular era que o Congresso elegesse seus delegados e ampliasse a representação camponesas na Assembléia Popular (*Los Tiempos*, 1971 e *La Jornada,*1971). Genaro Flores conseguiu ser eleito secretário-geral da CNTCB a partir do apoio de 9 departamentos. Neste congresso iniciava-se uma ruptura mais efetiva com o pacto militar-

camponês e a orientação katarista ganhará mais força (*La Jornada*, 1971). Flores fez uma declaração defendendo a: "linha socialista claramente boliviana, o socialismo de Manco Kapac" (*Presencia*, 1971). Nas conclusões do Congresso foi rechaçado o pacto militar-camponês. O novo secretário geral declarou que: "O pacto foi firmado pelo barrientismo com um pequeno grupo de camponeses", agora a aliança popular deveria estar integrada por trabalhadores, camponeses e estudantes, militares revolucionários para: "esmagar de forma definitiva todos o latifundiários, exploradores da classe camponesa, que agora falam de libertação camponesa no lugar de ter feito antes da decretação da reforma agrária de 1953" (*Ultima Hora*, 1971).

A condição política para uma aliança de amplas conseqüências políticas entre a Federação dirigida agora por Genaro Flores e a Assembléia Popular estavam dadas. Porém muitas divergências precisavam ainda ser superadas. O debate sobre a participação camponesa na Assembléia logo destacou duas posições ainda antes do congresso nacional camponês. A Federação Camponesa de La Paz lançara uma resolução no começo de julho onde, depois de agradecer os dirigentes operários "por sua atitude leal e conseqüente com o campesinato", intimava a Assembléia Popular a revisar suas determinações sobre a representação camponesa. A resolução afirmava que a Assembléia Popular não cumpria com os objetivos assinalados de constituir-se numa verdadeira representação popular na medida em que: "suplantava seus representantes por artesãos, comerciantes e elementos implicados como a ditadura barrientista(…)"

Guillermo Lora rebateu as críticas dos delegados e dirigentes camponeses:

> O movimento camponês puro, se é que realmente existe, renega o próprio governo operário, por considerar que se trata de uma simples versão renovada da ditadura dos brancos ou cholos sobre os índios (…) desta maneira se cria um profundo fosso entre os explorados do campo e da cidade. (…) O campesinato, que na realidade é uma superposição de camadas sociais e de nacionalidades diversas, sofre das tremendas conseqüências do atraso do país e de seu baixíssimo nível cultural (LORA, 1988: 89-90).

Foi sob este argumento que a maioria da Assembléia Popular recusou um critério de participação camponesa baseado no sufrágio universal, que na prática pulverizaria o lugar político dirigente ocupado pelas organizações operárias. Retomava-se parcialmente o critério do sufrágio de classe dos sovietes russos, na medida em que se podiam eleger delegados os setores filiados e organizados pelas entidades sindicais e partidárias consideradas operárias e populares. A brecha de 40% dos delegados para alianças com os setores das "classes médias" era demasiadamente rígida para permitir uma verdadeira negociação política e social capaz de selar uma aliança mais sólida com os setores camponeses oposicionistas que batiam à porta da Assembléia Popular. Um processo

inacabado no qual as condições políticas e sociais para a aliança estavam dadas, mas a forma ainda não havia amadurecido e era preciso tempo. A aliança operário-camponesa efetivada daria as condições para uma autêntica representação política nacional majoritária em torno da Assembléia Popular. O golpe de Hugo Banzer em agosto de 1971 adiou esta via de colaboração política dos camponeses com o movimento operário. No entanto na década de 1970, ainda que sob o jugo da ditadura militar, a evolução política dos camponeses avançará e ganhará contornos originais.

Katarismo, sindicalismo e luta de classes

O movimento indigenista na Bolívia esteve durante um longo período marcado pelos desdobramentos da reforma agrária de 1953. A instrumentalização dos camponeses indígenas terminou por obstruir um debate que se fazia necessário, inclusive entre a esquerda boliviana e andina, sobre a situação das minorias étnicas da região e seu lugar nas lutas sociais do país. O componente indígena do povo boliviano não é homogêneo, existem diferentes etnias com suas tradições culturais próprias. Os quéchuas representam 35% da população boliviana e são mais numerosos no Peru, além de igualmente presentes no Equador e no norte da Argentina. Os aymaras são mais concentrados na Bolívia, onde representam um quarto da população, além de estarem presentes como minoria no sul do Peru.

Os militares a partir de 1964 utilizaram-se do movimentismo como ideologia para continuar a manipular e enquadrar a mobilização camponesa. Aproveitaram-se das estruturas de tipo clientelista criadas com a sindicalização obrigatória do camponês de 1953 a 1964. A partir deste momento houve um afastamento mais largo entre as lideranças do movimento operário e camponês que só será retomada em 1971. O pacto militar camponês restabelece a articulação parte do sindicato como instrumento de controle de mobilização e assegura a continuidade do sindicalismo oficial. No entanto, após 1968, as fissuras aparecem no aparelho de estado. São, sobretudo, projetos econômicos, em particular a criação de um imposto agrícola, que suscitam o descontentamento camponês e um movimento inicial de ruptura das lideranças camponesas com os militares. Entre 1968 e 1971 surgem organizações camponesas que crescentemente se demarcam da política do governo. As lutas camponesas deste período desembocam, sobretudo, em uma transformação no seio do sindicalismo oficial. O lugar inicial dessa transformação é o altiplano do departamento de La Paz e no seio da federação departamental correspondente, de onde os novos dirigentes se armam para avançar e se afirmar em nível nacional. A repressão e o controle vertical imposto ao

sindicalismo camponês pelo regime de Hugo Banzer após 1971, dará à corrente sindical dirigida por Genaro Flores a ocasião de desenvolver uma ideologia de enraizamento na realidade indígena. Ele aparecerá depois de sete anos de ditadura como a principal figura da resistência camponesa, que se reforça após o massacre indígena do vale de Cochabamba em janeiro de 1974. Um dos focos desta resistência será novamente a federação departamental de La Paz reconstituída na clandestinidade a partir de 1975 sob o nome de federação camponesa Tupac Katari. Essa organização se distingue das anteriores: opõe-se ao projeto de nova lei agrária dos militares agregando à dimensão propriamente sindical a perspectiva política de criação de um partido camponês: o Movimento Revolucionário Tupac Katari – MRTK. Este tem em seu programa reivindicações culturais e étnicas e se diz representante da "classe camponesa indígena". Combate a alfabetização em espanhol e as universidades como "centros de discriminação", denuncia a "alienação cultural que começa com a escola" e propõe alternativas. Esta tripla dimensão sindical, política e cultural continuará nos anos seguintes a caracterizar a corrente katarista e a distingui-la tanto de outros componentes do sindicalismo camponês como das formas mais radicais movimento indígena (LEBOT, 1982: 155-165).

O manifesto Tiahuanacu publicado em julho de 1973 sob a responsabilidade de quatro associações (Centro de Coordinación y Promoción Campesina Mink'a, centro campesino Tupac Katari, associação de estudantes campesino da Bolívia, a associação nacional de professores campesinos) constitui a melhor exposição das teses que orientam esse movimento. O manifesto denuncia a exploração econômica e a opressão cultural e política dos povos indígenas, o genocídio cultural e a discriminação que os priva de toda a participação real na vida do país: "Nós somos estrangeiros em nosso próprio país".

Trata-se, sob esta ótica, principalmente de indicações em nome de valores culturais autóctones, contra modelos de desenvolvimento importados e impostos, contra a mestiçagem cultural, contra a manipulação das massas indígenas. A diretriz é constituída por uma perspectiva histórica: a conquista é desde início responsável pela introdução de elementos ligados ao capitalismo e a luta de classes. A história do país depois do século XV é caracterizada como um só período de opressão até a reforma agrária de 1953. Os outros grupos sociais oprimidos são chamados a se associar a esta luta de libertação, mas é das massas camponesas que deve surgir o esforço de civilização para fazê-los autores de sua própria história. Os mineiros não são mencionados a não ser por ocasião da fórmula final do texto. A esquerda clássica é acusada de "ocidentalismo", de paternalismo e de racismo: "nós não acreditamos no discurso destes partidos que se proclamam de esquerda e não

admitem que o camponês seja o agente de seu próprio destino. Para que uma organização política seja instrumento de libertação dos camponeses ela deve ser criada, dirigida e mantida por eles mesmos" (LEBOT, 1982: 155-165).

Os kataristas, com seu trabalho paralelo e subterrâneo ao longo da ditadura militar e a proteção da igreja, foram os primeiros a ter condições de exprimir sua oposição ao regime militar e retomar o funcionamento das organizações políticas e sindicais independentes do governo. A reunião camponesa de Ayo-Ayo realizada em 15 de novembro de 1977 e a declaração que foi lá aprovada marco início desta nova etapa. Começam os preparativos por uma conferência de constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia Tupac Katari. O congresso se realiza em janeiro de 1978, após a greve de fome de 1300 pessoas pelo restabelecimento das liberdades sindicais.

Os kataristas se afirmam nos anos seguintes como defensores da legitimidade do movimento sindical camponês, mas sua representatividade não deixará de ser contestada. Não somente os dirigentes mais próximos do general Hugo Banzer, como também diversas organizações ligadas aos partidos políticos opõem-se a expansão da influência katarista. Em junho de 1979 uma nova confederação camponesa é criada no interior da COB e Genaro Flores é eleito seu presidente. É a primeira vez na história boliviana que uma organização camponesa de envergadura nacional se constitui sem nenhum apoio governamental e em estreita conexão com o movimento operário. Sua importância do interior do movimento sindical não pára de se afirmar, particularmente após dezembro de 1979, quando ocorrem os protestos contra as medidas de austeridade ditadas pelo FMI.

O período de abertura democrática dos anos da década de 1980 vê firmar-se o sindicalismo camponês em ruptura com os sindicatos governistas, distantes da tutela estatal e militar, cada vez mais próximos do movimento operário. O sindicalismo katarista rejeitou, por outro lado, o enquadramento automático dos camponeses e a aliança operária camponesa. Isto corresponde ao discurso e prática de afirmação étnica sobre a luta de classes, cuja expressão mais latente é a constante crítica a esquerda que não considera a existência dos grupos étnicos bolivianos.

A importância do katarismo, mesmo se concretamente desenvolveu divisões entre trabalhadores bolivianos, residiu em ter conseguido romper com a tradição do sindicalismo oficial e se implantar em nível nacional como a organização presente em todas as regiões. Este grupo marcou sua orientação sindical no interior do movimento indígena sem jamais colocar em questão a nação boliviana como quadro do seu desenvolvimento, buscando se inserir nas organizações

existentes. Talvez isso explicasse sua posição ambígua em relação aos problemas étnicos, sindicais e políticos.

A tentação de dar uma expressão política às reivindicações étnicas e sindicais foi sempre presente entre os kataristas. Em janeiro de 1978 foi iniciada a constituição do partido camponês: o Movimento Revolucionário Tupac Katari, que é o prolongamento político da organização sindical, mas que conhecerá uma sorte menos brilhante, marcada por alianças que o desestruturam e desqualificam seu discurso. Parte integrante da união democrática popular de 1978, o partido se dividirá em dois em 1979. A criação do MITKA no início da década de 1980 foi precedida de outras tentativas de criação de partidos indígenas: o partido índio da Bolívia, o movimento nacionalista Tupac Katari - MNTK. Em 1979 o MITKA obteve 10% dos votos em algumas províncias do altiplano e elegeu com um representante ao parlamento. Esse partido sustenta que o racismo é da casta dominante branca ou mestiça e que a luta prioritária é contra essa dominação racial. Este partido defende teses mais radicais, indigenista "não é o camponês o sujeito da história, mas o índio (...)" e "os índios não são uma classe social em busca de alianças de tutores, mas acima de tudo uma nação oprimida com sua própria cultura, um passado milenar e uma alternativa de civilização específica." (*Collasuyo*, 1978)

O indigenismo político embora partisse de uma questão real, a opressão das etnias andinas pelos colonizadores e seus descendentes dominantes brancos, não abarcavam a realidade das sociedades de classes e, na maior parte das vezes, serviu para nublar a luta de classes e favorecer as estruturas de dominação capitalista na região. O surgimento de novas forças políticas após a crise da década de 1980 irá incorporar sobre um novo patamar as experiências políticas do período anterior.

Fontes e bibliografia citada:

Entrevista com Cassiano Amurrio, Tarata (Cochabamba), 2 de fevereiro de 1999.

Livros:

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. A revolução boliviana, São Paulo: Editora Unesp, 2007.

LAVAUD, Jean Pierre. El embrollo boliviano, La Paz: Cesu-IFEA-Hisbol, 1998.

LEBOT, Yvon. “Etrangers dans notre propre pays: lê mouvement indien em Bolivie dans lês annes soixante-dix”, in: Indianité, Ethnocide, indigenisme em Amérique Latine, Toulouse: Editions du CNRC (Centre Nationale de Recherche Cientifique), 1982:155-165.

LORA, Guillermo “De la Asamblea Popular ao golpe de 21 de agosto”, in: Obras Completas, t. 28, La Paz: Ed. Masas, 1988.

MARIÁTEGUI, José Carlos. Sete ensaios de interpretação da realidade peruana, São Paulo: Alfa-ômega, 1975.

MERCADO, Rene Zavaleta. El poder Dual, La Paz: Los amigos del libro, 1987.

Periódicos consultados:

Presencia, La Paz, 22 de julho de 1971

Hoy, La Paz, 21 de julho de 1971

La Jornada, La paz, 27 de julho de 1971

Los Tiempos, Cochabamba, 29 de junho de 1971

El Diario, La Paz, 22 de junho de 1971

Ultima Hora, La Paz, 12 de agosto de 1971

Collasuyo, La Paz, 2 de junho de 1978